

Diap

Convenção 158 sob a relatoria do deputado Assis Melo (PCdoB-RS)

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Vicente Cândido (PT-SP) designou, na última quinta-feira (10), o deputado Assis Melo (PCdoB-RS), para relatar a Mensagem 59/08, do Poder Executivo, que submete à aprovação do Congresso a Convenção 158/82, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que proíbe a demissão de trabalhadores sem justa causa.

A designação ocorreu após saída do então relator, deputado Ricardo Berzoni (PT-SP), que tomou posse como ministro da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República.

A Convenção permite a demissão em casos de problemas com a capacidade ou o comportamento do trabalhador e também em casos de necessidade da empresa, como problemas econômicos, tecnológicos ou estruturais, mas com direito de defesa nas primeiras hipóteses e negociação com os sindicatos, nas demais.

Não estão entre os motivos de demissão justificada a participação em entidade sindical; apresentação de queixa ou participação em procedimento estabelecido contra um empregador por supostas violações de leis ou regulamentos; a raça, a cor, o sexo, o estado civil, as responsabilidades familiares, a gravidez, a religião, as opiniões políticas, a ascendência nacional ou a origem social; e a ausência do trabalho durante a licença-maternidade.

Os países signatários da convenção poderão excluir da proteção nela prevista os trabalhadores com contratos de curta duração ou feitos para realizar tarefa determinada; contratos de experiência com curto período previamente definido; e contratos de trabalho ocasional.

Desde que com a consulta a organizações de trabalhadores e empregadores, poderão ser excluídas também determinadas categorias com características especiais.

Situação atual

Aguarda parecer do relator para discussão e votação na Comissão de Constituição e Justiça. Depois, caso seja aprovada, segue para exame no plenário da Câmara dos Deputados. Berzoni apresentou seu parecer com voto favorável.

Diap, 13/04/14

Depois da Marcha

Minha sugestão é que nos concentremos, no pós-marcha, na defesa da política de valorização do salário mínimo, desenvolvendo o mais amplo esforço de divulgação, busca de apoio e fortalecimento desta política que devemos considerar como essencial.

*João Guilherme Vargas Netto**

Ao contrário das paradas militares ou das escolas de samba, que após os desfiles se dispersam, o movimento sindical deve se manter unido, organizado e mobilizado depois da 8ª Marcha dos Trabalhadores.

E isto por três razões principais: o peso positivo da unidade de ação, o fato de que não conquistamos ainda a pauta e nem parte dela e as necessidades correntes da ação sindical, como as campanhas salariais.

Considerando-se a estratégia sindical adotada, a 8ª Marcha foi um sucesso, o sucesso esperado.

Em clima de democracia, a unidade entre as centrais materializou-se nas cores das camisetas, bandeiras e balões; explicitamos nossas reivindicações da pauta unitária e marchamos da Praça da Sé até a Av. Paulista de forma ordeira, sem nenhum incidente.

Não houve uma só lixeira queimada, nenhuma depredação. Embora a manifestação tenha sido em São Paulo, vários destacamentos sindicais de outros estados estavam presentes, o que deu a ela um caráter nacional.

Fizemos um enorme esforço de comunicação e obtivemos resultados precários devido às incompreensões da grande mídia. Mas a edição do Jornal Nacional foi incisiva, correta e definidora. É preciso, agora, valorizar nossa própria comunicação.

Minha sugestão é que nos concentremos, no pós-marcha, na defesa da política de valorização do salário mínimo, desenvolvendo o mais amplo esforço de divulgação, busca de apoio e fortalecimento desta política que devemos considerar como essencial.

Posso sugerir reuniões com câmaras de vereadores, bancadas partidárias, blogueiros, deputados e senadores aliados e sensíveis, candidatos, imprensa regional e local, OAB, CNBB, ONGs e toda uma rede natural de alianças.

Mãos à obra.

() Membro do corpo técnico do Diap, é consultor sindical de diversas entidades de trabalhadores em São Paulo*

Diap, 13/04/14

Sobre a 8ª Marcha

A base dessas marchas é o empenho, vitorioso, do sindicalismo brasileiro em torno de sua unidade. Mas unidade baseada em um programa, que foi se construindo com o tempo, apoiado em alguns pilares.

*João Franzin**

Não é correto, como se sabe, enxergar o fato como algo congelado no tempo e no espaço. Até porque as ações humanas, especialmente as coletivas, têm um antes, um durante e um depois.

Assim, como ensinaria aquele conselheiro da literatura, vale lembrar que antes desta oitava, em São Paulo, houve sete Marchas da Classe Trabalhadora – todas rumo a Brasília.

A base dessas marchas é o empenho, vitorioso, do sindicalismo brasileiro em torno de sua unidade. Mas unidade baseada em um programa, que foi se construindo com o tempo, apoiado em alguns pilares.

O esteio mais forte é a política de recuperação do salário mínimo. O demais é o próprio programa aprovado na Conclat 2010, que definiu a atual Pauta Trabalhista e apontou para um modelo de desenvolvimento com crescimento, emprego, renda e inclusão social.

A Pauta Trabalhista possui forte caráter reivindicatório: 40 horas semanais, fim do Fator Previdenciário, combate às terceirizações, adoção da Convenção 158 da OIT etc. Porém, é mais. A Pauta é sindicalismo que adota posição e mostra, ao governo, ao Congresso e à sociedade, intenção de desempenhar um papel decisivo na vida da Nação.

A 8ª Marcha, em São Paulo, dia 9, reuniu quantidade, qualidade e variedade, com as categorias mais organizadas mostrando seu peso. Quem acompanhou os preparativos do evento e depois marchou da Sé ao Masp pôde testemunhar o real clima de unidade entre o comando sindical e uma efetiva expectativa de que os trabalhadores sejam ouvidos e respeitados em suas reivindicações.

Governo e Congresso Nacional, nessa ordem; ou Congresso e governo, como se queira; erram ao não conversar com o sindicalismo. Ou se, ao conversar, adotam uma postura meramente formal, de desencargo de consciência, sem cuidar dos encaminhamentos e soluções esperados.

Estamos, por esses dias, vivendo a passagem dos 50 anos do golpe de Estado, de 1º de abril de 1964. Naquela época, os golpistas justificaram o ataque à ordem democrática sob pretexto de que o presidente Jango ouvia demais os trabalhadores (vendia-se a maliciosa tese da república sindicalista). Jango caiu e com ele foi abaixo um projeto avançado de Nação. Sua queda alavancou o imperialismo, cuja expansão, com a violência de praxe, atrasou o Brasil e agravou toda ordem de injustiças.

Nunca seria errado ouvir os trabalhadores, ainda que demais, segundo a tese dos golpistas de então. Passadas cinco décadas, mais errado ainda seria não ouvir o sindicalismo de hoje. Até porque esse erro vem isolar o governo e desgastar ainda mais o Congresso. E isso é tudo o que a direita pede a Deus (já que não pode mais bater às portas dos quartéis) nesse momento em que se encaminha para a disputa eleitoral.

Se eu, que sou bobo, vejo isso com clareza, será que Dilma, Renan, Henrique, Temer e outros mandatários não conseguem ver?

() Jornalista na Agência Sindical*

Diap, 13/04/14

PEC 555/06: a pedra no sapato...

A cobrança da contribuição previdenciária dos servidores aposentados se mostra um desconforto geral.

Carlos Cardoso Filho, - no BLOG do AFR.com*

A cobrança da contribuição previdenciária dos servidores aposentados se mostra um desconforto geral.

A Proposta de Emenda à Constituição Federal (PEC) 555/06 visa acabar, de modo gradativo, com a contribuição previdenciária atualmente cobrada dos servidores públicos aposentados e pensionistas. Essa cobrança nunca coube no ordenamento jurídico brasileiro, na medida em que a sua análise de constitucionalidade precisou contar com argumentação de fundo predominantemente financista e deixou sérios arranhões em um dos importantes pilares de sustentação da segurança jurídica de um Estado de Direito: o direito adquirido.

A arrecadação total com a contribuição previdenciária incidente sobre os proventos de aposentados e pensionistas representa pouquíssima receita para a previdência, que gasta muito mais com renúncia fiscal.

É o que revelam os números do exercício de 2012, quando as receitas previdenciárias (RGPS) somaram mais de R\$ 278 bilhões, enquanto o valor arrecadado, sacrificando aposentados e pensionistas, foi apenas R\$ 2,2 bilhões. Ou seja, o que é pago pelos aposentados e pensionistas do Brasil, submetendo-lhes a restrições orçamentárias e até sacrifícios, representa somente 0,8% do total que arrecada a previdência.

Quando se compara a arrecadação dessas contribuições com o que é dispensado de receita por conta da renúncia fiscal (desonerações tributárias, através de isenções e incentivos concedidos a setores e empresas), o custo social de manter a atual cobrança se mostra bastante injusto para com os servidores que sofrem com o desconto da contribuição. Só no ano de 2012, o valor total da renúncia fiscal montou em R\$ 24,4 bilhões, o que corresponde a 12 vezes o valor que é descontado dos aposentados e pensionistas.

Como se constata, a cobrança da contribuição previdenciária dos servidores aposentados e pensionistas se mostra um desconforto geral, uma pedra no sapato de todos: nunca coube no ordenamento jurídico; não atende ao caixa da previdência e sacrifica o servidor aposentado e sua família.

() Auditor tributário do Fisco Municipal do Ipojuca e presidente da Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais (Fenafim)*

Portal da CUT

FUP e movimentos sociais realizam manifestação em defesa da Petrobrás e da soberania nesta segunda (14)

11/04/2014

Entidades condenam ataques de setores conservadores com fins eleitoreiros e privatistas

Escrito por: FUP

Nesta segunda-feira, 14, a FUP e seus sindicatos convocam os trabalhadores para o ato público em defesa da soberania e por uma Petrobrás pública e estatal, comprometida com os interesses nacionais. A manifestação é uma resposta aos ataques dos setores conservadores, que tentam desmoralizar a gestão estatal da empresa, com fins eleitoreiros e privatistas.

A concentração para o ato está prevista para as 11 horas, em frente ao edifício sede da Petrobrás (Edise), no Rio de Janeiro, com participação de outras categorias, da CUT, da CTB e dos movimentos sociais. Além das disputas eleitorais que movem a oposição, sabemos que o arsenal de ataques contra a Petrobrás tem por trás interesses muito maiores: acabar com o regime de partilha que fez da estatal a operadora única do maior campo de petróleo da atualidade.

A FUP e seus sindicatos não compactuam de forma alguma com desvios na gestão da Petrobrás, seja na atual administração ou em períodos passados. Os petroleiros exigem uma investigação rigorosa de todas as denúncias contra a empresa e se forem comprovados erros e irregularidades, que os culpados sejam devidamente punidos. Mas a nossa categoria não pode permitir que disputas eleitoreiras joguem no lixo as lutas e conquistas do povo brasileiro para fazer da Petrobrás essa empresa estratégica que tem sido a principal alavanca do desenvolvimento do país.

No próximo dia 23, a FUP e seus sindicatos reúnem-se em Brasília para discutir no Conselho Deliberativo questões que estão na ordem dos petroleiros, inclusive a crise política que atinge a Petrobrás e suas consequências para o país. Junto com os movimentos sociais organizados, a FUP realizará nesse mesmo dia um novo ato público na capital federal, em defesa da soberania e contra a agenda privatista da direita.

A manifestação desta segunda-feira, 14, é para alertar a sociedade e o povo brasileiro sobre as reais intenções dos que atacam a maior estatal da América Latina. A Petrobrás é e continuará sendo estratégica para o desenvolvimento do país. Não podemos permitir que sangrem um dos maiores patrimônios do povo brasileiro. Defender a Petrobrás é defender o Brasil! Todos ao ato desta segunda, 14, às 11 horas, em frente ao Edise.

É o pré-sal, estúpido!

A cerrada campanha com que a mídia partidarizada vem sangrando a Petrobrás nas últimas semanas segue incólume, sem as devidas reações por parte dos gestores da empresa. Além das disputas eleitorais que movem a oposição, sabemos que o arsenal de ataques contra a Petrobrás tem por trás interesses muito maiores: acabar com o regime de partilha que fez da estatal a operadora única do maior campo de petróleo da atualidade. "É o pré-sal, estúpido!", como diria o marqueteiro de Bill Clinton, que nas eleições norte-americanas de 1992, resumiu a vitória dos democratas com uma frase ácida que tornou-se célebre em todo o mundo: "É a economia, estúpido!".

A última edição da revista Veja não deixa dúvidas sobre as reais intenções da campanha que tenta desmoralizar a gestão estatal da Petrobrás, visando sua privatização. "Como o PT está

afundando a Petrobras" é a matéria de capa da revista, cuja linha editorial é claramente tucana. Detalhe: o presidente da editora Abril, Fábio Barbosa, foi conselheiro da Petrobrás entre 2003 e 2011 e um dos que mais defendeu na época a compra da refinaria de Pasadena.

O senador Aécio Neves (PSDB/MG), o principal articulador da campanha contra a Petrobrás, também reafirmou aos empresários paulistanos suas intenções em relação à empresa: "Acredito que as concessões são a melhor forma de atrair investimentos", declarou no dia 31 de março durante um almoço no Grupo de Líderes Empresariais. Provável candidato tucano à Presidência da República, Aécio já havia defendido o regime de concessão para o pré-sal em outubro do ano passado, após o leilão de Libra. "A Petrobras não terá condições, sei lá, sequer de participar com os 40% devidos desse leilão de agora, como poderá pensar em participar daqui a dois anos, se fosse necessário, estratégico para o Brasil fazer outros leilões?", discursou na época no Plenário do Senado.

FHC é outro tucano que voltou a defender publicamente as privatizações do seu governo. Em artigo recente, ele conclama a oposição a "tomar à unha o pão dos escândalos da Petrobras", "reafirmando a urgência de mudar os critérios de governança das estatais".

É por essas e outras que precisamos alertar a sociedade e o povo brasileiro para as reais intenções dos setores conservadores que atacam a Petrobrás, inclusive por dentro da empresa, tentando retomar a agenda neoliberal que nos anos 90 sucateou e privatizou parte considerável da estatal. A Petrobrás é e continuará sendo estratégica para o desenvolvimento do país. Não podemos permitir que sangrem um dos maiores patrimônios do povo brasileiro. Defender a Petrobrás é defender o Brasil!

Diap, 14/04/14

Feriado santo encurta semana no Congresso, que será movimentado

A disputa presidencial ganha novo capítulo com o lançamento da pré-candidatura de Eduardo Campos (PSB) à Presidência da República e de Marina Silva como vice. Duas pesquisas para presidente podem ser divulgadas nesta semana: uma Vox Populi e outra Ibope.

A batalha pela formação da CPI da Petrobras continua. A presidente da estatal, Graça Foster, vai ao Senado para falar sobre as denúncias envolvendo a empresa. Se tiver boa performance poderá reduzir bastante os problemas do governo e jogar água fria nos ânimos da oposição, que parece ter encontrado uma pauta para fragilizar o Planalto e a titular da Presidência da República.

Na terça-feira (15), o governo encaminha ao Congresso Nacional a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), contendo os parâmetros para a elaboração do Orçamento de 2015, como expectativa do PIB, juros, inflação etc.

CPI da Petrobras

O plenário do Senado analisa, na terça-feira (15), o parecer do senador Romero Jucá (PMDB-RR) aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) sobre a CPI da Petrobras. Semana passada, a CCJ aprovou relatório do senador favorável à criação da CPI da Petrobras para investigar a empresa, mas com foco ampliado. A investigação, se prevalecer a CPI ampla, deverá abranger não apenas denúncias envolvendo a Petrobras, onde se inclui o prejuízo com a compra da refinaria de Pasadena (EUA), mas também supostas irregularidades nos metrô de São Paulo e do Distrito Federal e ainda no Porto de Suape, em Pernambuco.

Pesquisas presidenciais

Duas pesquisas de avaliação do governo e de intenção de voto para presidente da República serão divulgadas nesta semana. A partir de terça-feira (15) pode ser divulgado levantamento Vox Populi, realizado com 2.200 eleitores entre os dias 6 e 8 de abril. O Ibope iniciou sondagem no dia 10 de abril e concluirá na quinta-feira (17).

Sucessão presidencial

O PSB lança, nesta segunda-feira (14), em Brasília, a chapa composta, respectivamente pelo ex-governador Eduardo Campos (PSB-PE) e a ex-senadora Marina Silva (PSB-AC), à presidente e vice-presidente da República pela aliança PSB, Rede Sustentabilidade, PPS e PPL. A partir da oficialização da chapa Eduardo e Marina, a disputa presidencial ingressará numa nova etapa, pois esse movimento forçará também o lançamento da candidatura do senador Aécio Neves (PSDB-MG), que ainda não encontrou um candidato a vice para sua coligação, o que elevará a temperatura dos embates políticos.

PIB e inflação para 2015

Em meio a um cenário de alta da inflação e baixo crescimento, o governo divulgará nos próximos dias as projeções oficiais para a economia em 2015. Os números serão apresentados nesta terça-feira (15), quando o Ministério do Planejamento enviará ao Congresso Nacional o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2015.

LDO

O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2015 vai ser enviado pelo governo ao Congresso Nacional até terça-feira (15). A data também é o prazo final para a indicação dos relatores da própria LDO e da proposta orçamentária para o próximo ano. As indicações serão encaminhadas pelas lideranças partidárias à Comissão Mista de Orçamento (CMO), que se reúne no mesmo dia, a partir das 14h30.

Graça Foster

Nesta terça-feira (15), pela manhã, às 10h, a presidente da Petrobras, Graça Foster, comparece a audiência pública conjunta das comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). A iniciativa de organizar a reunião foi do presidente da CAE, senador Lindbergh Farias (PT-RJ). Ele acha importante que a executiva se pronuncie sobre questões como o valor investido pela empresa para assumir o controle da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos: cerca de US\$ 1,2 bilhão, montante considerado muito alto por especialistas.

Vetos

O Congresso Nacional se reúne, nesta terça-feira (15), para apreciação de vetos presidenciais. Já há duas sessões o primeiro item da pauta é o veto total ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 98/02, que estabelece regras para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios. Um acordo pode viabilizar a votação desta vez.

Marco civil da internet

Vai ser realizada, nesta terça-feira (15), a segunda audiência pública conjunta sobre o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 21/14, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil, o chamado marco civil da internet. Os debates são promovidos pelas três comissões do Senado que examinam o texto antes do Plenário – Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Oficina de Atuação no Parlamento

A Câmara dos Deputados, por meio do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), abriu inscrições para a Oficina de Atuação no Parlamento – curso presencial de educação política e cidadania, destinado a membros de entidades da sociedade civil, como associações, sindicatos, ONGs e Oscips. O curso é gratuito e será ministrado entre 12 e 14 de maio nas dependências do Cefor e nos plenários das comissões da Câmara. As inscrições podem ser feitas até 25 de abril.

Conduzida pelo Cefor, com o apoio da Comissão de Legislação Participativa (CLP), a Oficina de Atuação no Parlamento apresenta o funcionamento e o papel do Poder Legislativo, os canais de comunicação da Câmara com a população e as ferramentas para acompanhar e participar do processo de elaboração de leis.

Campanha salarial 2014

Comissão de Trabalho da Câmara realiza, terça-feira (15), às 14h30, no plenário 12, audiência pública para debater a campanha salarial dos servidores públicos federais de 2014. Foram convidados, além de representantes do segmento, os presidentes das centrais sindicais.

Próxima semana

O Supremo Tribunal Federal (STF) marcou para o dia 24 de abril o julgamento da ação penal que envolve o senador Fernando Collor (PTB-AL), acusado pelo Ministério Público Federal (MPF) dos crimes de peculato e corrupção passiva. As acusações referem-se ao período em que Collor foi presidente da República, entre 1991 e 1992. A denúncia contra o ex-presidente foi recebida pela Justiça de primeira instância em 2000 e chegou ao STF, em 2007. O processo foi distribuído para o ministro Menezes Direito, mas com morte do magistrado, em 2008, o processo passou para relatoria da ministra Cármen Lúcia.

Petrobras

Com o tema, “Defender a Petrobras é defender o Brasil”, as frentes parlamentares em Defesa da Petrobras, presidida por Luiz Alberto (PT-BA), e do Fundo Social do Pré-Sal, coordenada pela deputada Benedita da Silva (PT-RJ) realizam no próximo dia 23 ato público em defesa da estatal. O objetivo é defender a soberania nacional contra os ataques que a empresa vem sofrendo por parte dos partidos da oposição (PSDB e DEM) nas últimas semanas. “Querem entregar o petróleo brasileiro às multinacionais do setor. Vamos reagir convocando esse ato político para mobilizar a sociedade brasileira em defesa desse patrimônio”, enfatizou Luiz Alberto.

Setor elétrico

Até quinta-feira (17) está prevista a conclusão de operação financeira para o empréstimo de R\$ 11,2 bilhões para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) a fim de ajudar as empresas distribuidoras de energia. Está marcada uma assembleia geral no dia 22 de abril para

aprovar a operação. Se o financiamento for aprovado, a CCEE assinará o contrato com os bancos no dia 24 ou 25.

PSDB na TV

O partido do presidente Aécio Neves (MG) veicula, nesta quinta-feira (17), propaganda partidária. Serão 10 minutos, em cadeia nacional de rádio e TV. (*Com Arko Advice*)

Veja, a seguir, a previsão dos principais acontecimentos políticos desta semana:

Nesta semana

- Prevista a conclusão de operação financeira para o empréstimo de R\$ 11,2 bilhões para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para ajudar as empresas distribuidoras de energia.

Segunda-feira (14)

- Presidente Dilma Rousseff participa de viagem inaugural do navio Dragão do Mar, em Ipojuca (PE). Inaugura ainda a primeira etapa e assina a ordem de serviço da segunda etapa da adutora Pajeú, em Serra Talhada (PE).

- Eduardo Campos e Marina Silva anunciam candidatura à Presidência e Vice-Presidência da República, respectivamente.

- Empresas do setor aéreo apresentam ao governo sugestões ao Plano Nacional de Aviação Regional, que, posteriormente, será submetido ao Congresso Nacional na forma de um projeto de lei.

- Ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias participa de debate, em São Paulo, com os seguintes antecessores no cargo: Almino Affonso, Almir Pazzianotto, Dorothea Werneck, Antônio Magri, Walter Barelli e Carlos Lupi. Evento é promovido pela Federação Nacional dos Engenheiros (FNE) / Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU), ambas as entidades são filiadas ao DIAP.

Terça-feira (15)

- Líderes partidários da base aliada se reúnem, às 10h30, na sala da Liderança do governo.

- Presidente da Petrobrás, Graça Foster participa de audiência pública na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados. O debate está marcado para as 14h30, em plenário a definir. O objetivo da reunião é esclarecer as circunstâncias da compra pela empresa da refinaria de Pasadena, no Texas, em 2006.

- Prevista a divulgação de pesquisa Vox Populi sobre sucessão presidencial e avaliação do governo Dilma Rousseff.

- Governo encaminha ao Congresso Nacional projeto de lei contendo as diretrizes (LDO) para a elaboração do Orçamento da União de 2014.

- Plenário do Senado analisa ampliação de investigação de CPI sobre Petrobras para incluir denúncias envolvendo o metrô de São Paulo e o Porto de Suape, em Pernambuco.

- Senado pode votar a MP 627/13, que trata da tributação de coligadas e controladas no exterior.

- CCJ da Câmara pode votar PEC 352/13, do deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), que altera os artigos 14, 17, 27, 29, 45 e 121 da Constituição, para tornar o voto facultativo, modificar o sistema eleitoral e de coligações, dispor sobre o financiamento de campanhas eleitorais, estabelecer cláusulas de desempenho para candidatos e partidos, prazo mínimo de filiação partidária e critérios para o registro dos estatutos do partido no Tribunal Superior Eleitoral, determinar a coincidência das eleições e a proibição da reeleição para cargos do Poder Executivo, regular as competências da Justiça Eleitoral e submeter a referendo as alterações relativas ao sistema eleitoral.

- Sessão do Congresso Nacional para analisar vetos presidenciais. Durante a sessão, serão lidos o requerimento da oposição pedindo a criação da CPI Mista para investigar a Petrobras e o requerimento da base governista propondo uma investigação ampla que incluía, além da Petrobras, irregularidades nos metrô de São Paulo e do Distrito Federal e na construção da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco.

- Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara discute Campanha Salarial 2014 com os presidentes das centrais sindicais: Força Sindical, UGT, CUT, Nova Central, CTB e CGTB.

- Comissão especial de execução da Lei Orçamentária Anual (PEC 358/13), na Câmara, pode votar o parecer do relator, deputado Edio Lopes (PMDB-RR).

- Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado promovem audiência pública sobre o Marco Civil da Internet.

Quarta-feira (16)

- Senado tenta fazer esforço concentrado para votar o Marco Civil da Internet.

- Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados ouve o ex-diretor financeiro da Petrobras Nestor Cerveró. Ele foi apontado pela presidente Dilma Rousseff como responsável pelo erro que a levou a aprovar a compra da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos. A reunião está marcada para as 11 horas, no plenário 9.

- Comissão de Cultura pode apreciar o PL 3.695/12 (PLS 26/10), do senador Paulo Paim (PT-RS), que institui o Dia Nacional do Oficial de Justiça.

- Comissão de Viação e Transportes realiza o 14º Seminário Brasileiro do Transporte Rodoviário de Cargas. Dentre os temas em debate, haverá um painel dedicado ao debate da terceirização com foco no PL 4.330/04, que expande essa modalidade de contratação. O evento começa às 9h, no Auditório Nereu Ramos da Câmara.

Quinta-feira (17)

- Ibope conclui levantamento de pesquisa de avaliação do governo da presidente Dilma Rousseff e intenção de voto para presidente da República, que pode ser divulgada neste final de semana.

- Propaganda partidária do PSDB, de 10 minutos, em cadeia de rádio e TV.

- Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulga o Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei).

Sexta-feira (18)

- Feriado Nacional (Paixão de Cristo).

Diap, 13/04/14

Congresso tem até junho para não acabar com Comissão Nacional da Verdade

Editada no final do ano passado pela presidente Dilma Rousseff, a Medida Provisória 632, que prorroga até dezembro o funcionamento da Comissão Nacional da Verdade tramita na Comissão Mista do Congresso. Caso não seja aprovada até o dia 2 de junho, a MP caduca e a CNV se extinguiria automaticamente, obrigando o Congresso a regulamentar as atividades do órgão entre 16 de maio, que é o prazo de funcionamento definido em lei, e dois de junho.

Embora circulem rumores de que a ala conservadora da base aliada do governo estaria aguardando um posicionamento das Forças Armadas sobre a sindicância que investiga o uso de estabelecimentos militares como centro de tortura para decidir o destino da MP, o coordenador da CNV, Pedro Dallari acredita na prorrogação.

"A MP segue a tramitação normal", disse ele durante entrevista sobre a descoberta de seis centros clandestinos usados pelos órgãos de informação do regime militar para matar e preparar o desaparecimento de presos políticos entre 1970 e 1975. Segundo Dallari, não há nenhum sinal de que o Congresso possa deixar de votar a MP.

Votação na Câmara

A MP deveria ser votada na Comissão Mista na semana passada, mas houve um pedido de vistas do relator, senador Antônio Carlos Rodrigues (PR-SP). Depois disso, a matéria deve ainda ser submetida à votação em plenário nas duas Casas para só então garantir a validade de seu conteúdo. Junto com a prorrogação da CNV, a mesma MP trata de outros assuntos, como aumento na remuneração de servidores de agências reguladoras, de vários outros órgãos federais - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit), Fundação Nacional do Índio (Funai), Hospital das Forças Armadas (HFA) e Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM) - e propõe mudanças no regime jurídico de servidores e de pessoas contratadas temporariamente. A MP já recebeu mais de 70 emendas - nenhuma delas relacionadas a CNV.

A inclusão da prorrogação numa matéria que mexe com vários outros temas de interesse dos servidores foi uma estratégia do governo para tentar evitar que a MP caduque. Ainda assim, grupos de direitos humanos acham que a demora do Congresso torna incerto o destino da comissão.

Audiências públicas

Pelo sim pelo não, as audiências para ouvir agentes da repressão se encerram em maio com o depoimento de pelo menos 50 militares suspeitos de participar de tortura e desaparecimento de militantes da luta armada. Dallari disse que pelo calendário estabelecido de comum acordo entre os coordenadores - que ainda terão de driblar eventos como a Copa do Mundo e as eleições - o resto do tempo será utilizado para a redação do relatório final da CNV sobre os dois anos de investigação.

"A preparação do relatório será um trabalho hercúleo", afirmou. A CNV deve sistematizar, em temas distintos, investigações que vêm sendo feitas por cerca de 70 comissões estaduais e municipais. Além disso, relatará o que foi apurado nas audiências (públicas e privadas) cruzando informações com extenso material já produzido pela Comissão de Anistia e publicações que trataram dos *anos de chumbo*. (Fonte: iG)

Metalúrgicos da CUT apoiam luta contra fechamento de fábrica da Ford na Alemanha

11/04/2014

Empresa ameaça mudar produção para Romênia e demitir 17 mil. Dirigentes da CUT, que foram àquele país para intercâmbio sobre setor automotivo, se solidarizaram com luta do IG Metall

Escrito por: Solange do Espírito Santo - CNM/CUT

Os metalúrgicos da CUT entraram na luta que está sendo deflagrada pelo sindicato alemão IG Metall em defesa da manutenção dos 17.600 empregos diretos na unidade da Ford em Colônia, naquele país europeu. A empresa – que fabrica 1.850 carros/dia do modelo Fiesta – está ameaçando desativar a fábrica e transferir a produção para a Romênia.

A informação é do secretário geral e de Relações Internacionais da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT (CNM/CUT), João Cayres, que está representando a entidade num intercâmbio sobre o setor automotivo com metalúrgicos alemães e argentinos, em Frankfurt. Segundo Cayres, a Ford quer reduzir seus custos sacrificando o trabalhador. “O salário de entrada na Alemanha é de 2.500 euros e na Romênia é de 800”, afirmou, lembrando que não há trabalhadores terceirizados na unidade alemã da Ford.

O intercâmbio na Alemanha, encerrado nesta sexta-feira (11), foi a primeira etapa de um projeto que pretende intensificar as ações sindicais conjuntas dos metalúrgicos nas montadoras dos três países. A atividade começou na última segunda-feira (7) e terá uma etapa no Brasil e outra na Argentina. Ao final, a ideia é a de realizar uma grande conferência sobre o setor automotivo, provavelmente na Alemanha, para aprofundar o conhecimento e definir as linhas de atuação sindical.

Ao longo da semana, os participantes do intercâmbio discutiram a situação econômica e política e o perfil da indústria automobilística nos três países. Além disso, aprofundaram informações sobre a organização sindical e as negociações coletivas.

“Visitamos duas fábricas: a Federal Mogul e a Ford. Conversamos com os trabalhadores nas duas empresas sobre a sua organização. Eles nos explicaram como se dá o modelo de cogestão nas fábricas, por meio dos comitês de empresa. Lá também existem os comitês sindicais e o sindicato também disputa a participação nos comitês de empresa”, relatou o secretário da CNM.

Segundo João Cayres, o IG Metall e os trabalhadores estão preocupados com esta ameaça da Ford, de encerrar as atividades em Colônia. “Conversamos bastante com os integrantes do Comitê Sindical sobre as formas de participar da campanha em defesa dos empregos e dos direitos dos trabalhadores”, assinalou o dirigente da Confederação. “Nos colocamos à disposição do IG Metall para levarmos a campanha em solidariedade aos companheiros alemães aos sindicatos que têm montadoras em sua base”, complementou.

João Cayres esteve acompanhado nesta etapa do intercâmbio por outros metalúrgicos da CUT no Brasil: Wagner Santana e Max Pinho, do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Alessandro Lopes da Silva, do Sindicato de Taubaté, e João de Moraes Farani, do Sindicato de Sorocaba.

Organizado por Ernesto Germano